

15 JUL 1992

Alimentando a inflação

Com. Crony

Embora o governo Collor, desde a posse do ministro Marcílio Marques Moreira, venha aplicando uma rigorosa política monetária e esteja tentando controlar as despesas da parte da máquina estatal sob seu comando, a inflação patina há seis meses nos níveis de 20 a 23%.

Economistas das mais variadas tendências têm apresentado as mais diferentes explicações para a persistência da inflação brasileira em níveis tão elevados. Mas a realidade -- como se pode comprovar pelos dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) sobre o comportamento dos preços no primeiro semestre de 1992 -- é que um dos principais vilões da inflação continua sendo o aumento dos preços públicos.

Para uma inflação nos seis primeiros meses do ano, em São Paulo, de 243,11%, os transportes urbanos subiram 299,67%; o álcool, 268,85%; a gasolina, 264,49%; o licenciamento de carros, 539,61%; a luz, 319,47%; as tarifas de água e esgoto, 272,76%; a de gás de rua, 272,15%; e a de telefone, 340,15%. Em contrapartida, poucos setores industriais privados conseguiram acompanhar ou superar o crescimento da inflação e o preço dos produtos agrícolas cresceu menos do que a inflação do período.

Mais uma vez o que se percebe é que -- com exceção de algumas áreas da administração mais diretamente controladas pelo Ministério da Economia e pelo Palácio do Planalto -- o setor público, mediante a manipulação dos preços de seus monopólios e serviços essenciais, continua drenando recursos do setor privado e da população em geral para afastar de si mesmo as consequências da recessão e para fugir de qualquer política de austeridade que se tenta impor ao aparelho estatal.

Ainda agora, a Petrobrás, com seus recursos para investimentos em queda -- previa investir este ano US\$ 2,9 bilhões, mas na situação atual não conseguirá reunir mais de US\$ 1,9 bilhão --, está

pleiteando um novo grande aumento no preço dos combustíveis para recompor seu caixa. Em nenhum momento, a nova direção da companhia, que tem mais funcionários do que a Shell, que opera em mais de 80 países, falou em apresentar uma política de corte de despesas para equilibrar suas finanças.

Para enfrentar esse tipo de problema, a China, um dos últimos países comunistas do mundo, e a Itália, sob o comando de um governo socialista, partiram para soluções que nada têm a ver com o ideário marxista que empolga tanta gente no Brasil. A Itália acaba de anunciar um programa de privatização que passará para a iniciativa privada gigantes estatais como o IRI, a **holding** que reúne todas as empresas estatais italianas, a ENI (de petróleo), a Enel (de energia elétrica), a INA (seguros) e até o Banco Nacional do Trabalho. O objetivo, a médio prazo, é liquidar com o assombroso déficit público italiano e preparar a economia do país para a integração europeia.

A China desde 1982 abriu parte da exploração de petróleo em seu território para capitais estrangeiros e já colhe ótimos frutos. Quarenta e três empresas internacionais de 13 países estão instaladas por lá e o país, que até o início da década passada tinha uma produção de petróleo que mal dava para cobrir seu reduzido consumo interno, está hoje no quinto lugar do **ranking** dos produtores mundiais de petróleo e pretende, até o final do século, colocar-se como um dos três principais produtores.

"Jamais a soberania do País poderá estar ameaçada por uma empresa estrangeira que, sob contrato de objetivos devidamente especificados, dedica-se apenas a extrair petróleo" -- ensina o vice-presidente da CNOOC, empresa encarregada de coordenar os investimentos externos em petróleo, Wang Yan.

Isso mostra que muitos dos nossos Congressistas ainda têm a cabeça pra lá da Praça da Paz Celestial...

JORNAL DA TARDE